

IDS

CNPJ: 21.750.612/0001-71



## IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

ILMO. SR.(A). PREGOEIRO(A) OFICIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA RUSSAS-CE, ESTADO DO CEARÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº SC-PE002/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00011.20250521/0002-06

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE EVENTOS, LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA COM MOBILIÁRIO NECESSÁRIO E ADEQUADO, COMPREENDENDO A MONTAGEM, • DESMONTAGEM, LIMPEZA, MANUTENÇÃO, INSTALAÇÕES ELÉ•TRICAS, HIDRÁULICAS, DE EQUIPAMENTOS E OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE NOVA RUSSAS-CE. DEMANDAS DA SECRETARIA DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE NOVA RUSSAS-CE.

IDS

CNPJ: 21.750.612/0001-71



**IDS SERVIÇOS E LOCAÇÃO LTDA**, empresa brasileira, inscrita no CNPJ nº 21.750.612/0001-71, com sede na Rua José Hamilton de Oliveira, 447, Santa Luzia, Limoeiro do Norte/CE, representada por seu proprietário Sr. Israel Klivila Diógenes Satino, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 609.074.583-94, VEM, com o devido respeito a presença desta ilustre Pregoeiro apresentar

### IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Em face da constatação de irregularidade que restringe a igualdade e a competitividade no certame, o que faz nos termos abaixo.

A presente licitação foi instaurada pela Prefeitura Municipal de NOVA RUSSAS-CE, na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço Por Lote, para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE EVENTOS, LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA COM MOBILIÁRIO NECESSÁRIO E ADEQUADO, COMPREENDENDO A MONTAGEM, • DESMONTAGEM, LIMPEZA, MANUTENÇÃO, INSTALAÇÕES ELÉ• TRICAS, HIDRÁULICAS, DE EQUIPAMENTOS E OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE NOVA RUSSAS-CE. DEMANDAS DA SECRETARIA DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE NOVA RUSSAS-CE.

Vejamos

#### I — DO MÉRITO

A impugnante constatou que o Edital padece de vício que compromete a legalidade do procedimento licitatório, senão vejamos:

A subsGreve tem-te tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital, através do site do Tribunal de Contas do estado do Ceará — TCE-CE.

Ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se a mesma com exigência formulada nos itens:

Item nº: 8.30.2. **CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO emitido por pessoa jurídica, com Registro de Atestado no CAU** que comprove a execução de serviços de características técnicas similares ou superiores às do objeto da presente licitação para os lotes pertinentes.

Item nº: 8.30.3. Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA para o profissional engenheiro(a) elétrico e **Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU para arquiteto(a)**, em que conste o(s) responsável(is) técnico(s) da licitante e, ainda, a qualificação da mesma para exercer a atividade compatível com o objeto desta licitação para os lotes pertinentes.

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

/ - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991";

"Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, objetividade e proporcionalidade.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação". (grifos e destaques nossos)

A exigência de Certidão de Acervo Técnico Profissional do Arquiteto Urbanista e inscrição no Conselho de Arquitetura e Urbanismo — CAU, além de ilegal IMPOSSIBILITA um maior número de empresas a participar, pois tal documento não é necessário para a realização de eventos, além de não serem atribuições do referido profissional.

E mais,

"Art 37 (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da

lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.” (grifo nosso)

Ora, ao manter-se tal exigência, a administração está SIM comprometendo o caráter competitivo da licitação e a igualdade de condições entre os participantes.

Neste sentido, importante a lição de Hely Lopes Meirelles, em sua conhecida obra “Licitação e Contrato Administrativo, 12º Ed, Pgs 28, 29, que assim assevera:

“Igualdade entre os licitantes é o princípio primordial da licitação — previsto na própria Constituição da república (art. 37, XXI), pois não pode haver procedimento seletivo com discriminação entre participantes, OU COM CLÁUSULAS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO QUE AFASTEM EVENTUAIS PROPONENTES QUALIFICADOS ou os desnivalem no julgamento (Art. 3º, §1º)”. (grifo nosso).

Ainda,

Manter o edital da maneira como está, ofenderia até mesmo ao princípio da legalidade, que garante o direito de participação de QUALQUER INTERESSADO, sem que haja qualquer restrição, nos estritos termos da Lei. Ad argumentando, estabelece o art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93, que estabelece:

*“Procedimento administrativo cuja regularidade ficam sujeitos os contratos firmados pela Administração de tal sorte que DEFEITOS ou INFRIGÊNCIAS LEGAIS, ocorridas no seu andamento, viciam o ato ulterior e O TORNAM-ILEGÍTIMO.”* (“Concorrência pública”, RDA 80/395) (grifamos...)

Sobre as atribuições do Profissional Arquiteto Urbanista conforme a Resolução CAU/BR nº 21 de 05 de abril de 2012 que dispõe sobre as atividades e atribuições profissionais do Arquiteto e Urbanista:

*Art. 2º As atribuições profissionais do arquiteto e urbanista a que se refere o artigo anterior são as seguintes:*

- I. supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica;
- II. coleta de dados, estudo, planejamento, projeto e especificação;
- III. estudo de viabilidade técnica e ambiental;
- IV. assistência técnica, assessoria e consultoria;
- V. direção de obras e de serviço técnico;
- VI. vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria e arbitragem
- VII. desempenho de cargo e função técnica
- VIII. treinamento, ensino, pesquisa e extensão universitária
- IX. desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, padronização, mensuração e controle de qualidade
- X. elaboração de orçamento
- XI. produção e divulgação técnica especializada; e
- XII. execução, fiscalização e condução de obra, instalação e serviço técnico

Parágrafo único

*As atribuições de que trata este artigo aplicam-se aos seguintes campos de atuação:*

- I. *de Arquitetura e Urbanismo, concepção e execução de projetos;*
- II. *de Arquitetura de Interiores, concepção e execução de projetos*
- III. *de Arquitetura Paisagística, concepção e execução de projetos para espaços externos, livres e abertos, privados ou públicos, como parques e praças, considerados isoladamente ou em sistemas, dentro de várias escalas, inclusive a territorial;*
- IV. *do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, monumentos, restauro, práticas de projeto e soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, reconstrução, preservação, conservação, restauro e valorização de edificações, conjuntos e cidades*
- V. *do Planejamento Urbano e Regional, planejamento físico-territorial, planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional fundamentados nos sistemas de infraestrutura, saneamento básico e ambiental, sistema viário, sinalização, tráfego e trânsito urbano e rural, acessibilidade, gestão territorial e ambiental, parcelamento do solo, loteamento, desmembramento, remembramento, arruamento, planejamento urbano, plano diretor, tratado de cidades, desenho urbano, inventário urbano e regional, assentamentos humanos e requalificação em áreas urbanas e rurais;*
- VI. *de Topografia, elaboração e interpretação de levantamentos topográficos cadastrais para a realização de projetos de arquitetura, de urbanismo e de paisagismo, fotointerpretação, leitura, interpretação e análise de dados e informações topográficas e sensoriamento remoto;*
- VII. *da Tecnologia e resistência dos materiais, dos elementos e produtos de construção, patologias e recuperações*
- VIII. *dos sistemas construtivos e estruturais, estruturas, desenvolvimento de estruturas e aplicação tecnológica de estruturas*
- IX. *de instalações e equipamentos referentes à Arquitetura e Urbanismo*
- X. *do Conforto Ambiental, técnicas referentes ao estabelecimento de condições climáticas, acústicas, lumínicas e ergonômicas, para a concepção, organização e construção dos espaços*
- XI. *do Meio Ambiente, estudo e avaliação dos impactos ambientais, licenciamento ambiental, utilização racional dos recursos disponíveis e desenvolvimento sustentável*

A atribuição do Profissional Arquiteto Urbanista se resume em elaboração de projeto e não na execução da montagem uma vez que tal atribuição cabe ao Engenheiro Civil e Engenheiro Eletricista, para os serviços de cunho técnico que são os lotes,— Estrutura Civil, neste lote cabe a exigência de um Engenheiro Civil ou Mecânico, nos lotes de estrutura elétrica— Sonorização, Iluminação, Pannel de Led e Gerador já neste lote cabe a exigência de um Engenheiro Eletricista.

Chega a ser absurda a exigência de Certidão de Acervo Técnico e Inscrição de Registro de Arquiteto para esses tipos de serviços.

**IDS**

CNPJ: 21.750.612/0001-71



Sendo assim, estando o Edital em desacordo com os princípios basilares de um processo licitatório, requer a ora Impugnante, respeitosamente, a Vossas Senhorias seja recebida e devidamente processada a presente **IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° SC-PE 002/2025**, para que o mesmo seja refeito, a fim de GARANTIR O CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME, excluindo a exigência de Registro no Conselho de Arquitetura Urbanismo, e Arquiteto e Urbanista, além de acervo do mesmo profissional, uma vez que não envolve na presente licitação elaboração de projeto, e já exige engenheiro civil e eletricitista para a execução dos serviços dos lotes de acordo com o termo de referência.

Requer, ainda, a republicação das previsões editalfcias, escoimadas dos vícios apontados, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei n° 8.666/93.

E, por fim, requer que, no caso de indeferimento da presente peça, o que se levanta a título meramente argumentativo, seja a mesma remetida á autoridade hierárquica imediatamente superior, para que tome ciência do assunto aqui tratado e emita seu parecer.

Termos em que, pede **DEFERIMENTO**.

**Limoeiro do Norte-Ce, 25/06/2025.**

ISRAEL KLIVILA  
DIOGENES  
SATINO:609074583  
94

Assinado de forma digital por  
ISRAEL KLIVILA DIOGENES  
SATINO:60907458394  
Data: 2025.06.25 14:53:54  
-03'00'

**ISRAEL KLIVILA DIOGENES SATINO**  
**Sócio-Administrador**  
**CPF- 609.074.583-94**